

## O “Partido Holandês” como política potiguaras: autonomia e diplomacia indígena em meio às guerras neerlandesas nas Capitânicas do Norte (1630-1654)

*The “Dutch Party” as Potiguaras politics: autonomy and indigenous diplomacy amidst the Dutch wars in the Northern Captaincies (1630-1654)*

Carmelita Costa Zuzart,<sup>1</sup> UFRRJ

### Resumo

Entre os anos de 1630 e 1654, a Companhia holandesa das Índias Ocidentais (WIC) ocupou as Capitânicas do Norte do Brasil. Nesse contexto, o apoio das lideranças indígenas, em especial dos potiguaras, foi crucial para viabilizar os planos dos governos luso e flamengo. Em 1625, uma pequena comitiva potiguaras foi levada à República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos para serem educados e transformados em mediadores confiáveis, transformando-se em verdadeiros diplomatas de seus povos. Disputados por cada lado da guerra, esses chefes possuíam conhecimentos das táticas, dos caminhos da terra e do poder de diálogo, sendo homens que souberam jogar no contexto conflitivo do Brasil seiscentista. Por isso, o objetivo desse trabalho é mostrar como essas lideranças usaram suas posições para balizar seus interesses no mundo colonial e no interior de seus próprios povos.

**Palavras-chave:** Diplomacia indígena; Potiguaras; Brasil holandês.

### Abstract

Between 1630 and 1654, the Dutch West India Company (WIC) occupied the Captaincies of Northern Brazil. In this context, the support of indigenous leaders, especially the Potiguaras, was crucial to making the plans of the Portuguese and Flemish governments viable. In 1625, a small Potiguaras delegation was taken to the Republic of the Seven United Provinces of the Netherlands to be educated and transformed into reliable mediators, becoming true diplomats for their people. Disputed by each side of the war, these chiefs had knowledge of tactics, the ways of the land and the power of dialogue, being men who knew how to play in the conflictual context of seventeenth-century Brazil. Therefore, the objective of this work is to show how these leaders used their positions to govern their interests in the colonial world and within their own peoples.

**Keywords:** Indigenous diplomacy; Potiguaras; Dutch Brazil.

### Introdução

Entre os anos de 1630 e 1654, a Companhia holandesa das Índias Ocidentais (WIC) ocupou as Capitânicas do Norte do Brasil,<sup>2</sup> e seu interesse estava relacionado principalmente à

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e bolsista CAPES. E-mail: carmelitazuzart@gmail.com

<sup>2</sup> Ao tratar aqui das capitânicas do norte do Estado do Brasil estou me referindo a uma configuração regional de limites econômicos e políticos, que compreendia os territórios ao norte do Rio São Francisco até a Serra da Ibiapaba, fronteira do Estado do Brasil com o Estado do Grão Pará e Maranhão. Ou seja: os territórios da comarca de Alagoas, como parte da Capitania de Pernambuco, de Itamaracá (extinta após 1760), Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Esses territórios estavam sob a jurisdição da capitania de Pernambuco, e o eixo Olinda-Recife foi o grande centro difusor das expedições de conquista para o litoral Norte.

possibilidade de auferir lucros com açúcar, tabaco e pau-brasil, produtos já comercializados na República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, por meio de negociações articuladas por holandeses nos portos do Brasil. Com uma enorme força de 67 navios e cerca de 7.000 soldados, as tropas neerlandesas chegaram à costa de Pernambuco e rapidamente ocuparam as cidades costeiras de Olinda e Recife.

Assim como em todos os momentos da história da colonização brasileira, as forças de resistência portuguesas contaram com o apoio militar crucial de terços de homens negros e indígenas, este último liderado por Antônio Felipe Camarão, primeiro governador dos índios do nordeste. Da mesma forma ocorreu do lado flamengo. Por meio de mensageiros indígenas e enviados tupis, os funcionários da WIC souberam que os vários povos indígenas nas províncias ao norte de Pernambuco estavam ansiosos para fazer uma aliança anti-portuguesa. Nesse cenário, as principais lideranças aliadas ao governo flamengo foram os potiguaras Pedro Poti, possível parente de Felipe Camarão, e Antônio Paraupaba.

Após a primeira investida holandesa contra o Brasil em 1625, esses cobiçados chefes de guerra haviam sido levados à República para serem educados e transformados em mediadores confiáveis, transformando-se em verdadeiros diplomatas de seus povos. Disputados por cada lado da guerra, esses chefes possuíam conhecimentos das táticas, dos caminhos da terra e do poder de diálogo, sendo homens que souberam jogar no contexto conflitivo da capitania de Pernambuco seiscentista. Por isso, o objetivo desse trabalho é mostrar como essas lideranças usaram suas posições para balizar seus interesses no mundo colonial e no interior de seus próprios povos. Demonstrando impressionante habilidade em adotar discursos diferentes, essas lideranças aproveitaram-se de práticas culturais não-indígenas, a exemplo da escrita, para fins específicos condizentes com seus planos políticos. Embora fossem partidários leais, esses indígenas nunca se consideraram súditos da ordem colonial. Em vez disso, os mediadores potiguaras viam principalmente esses momentos de aliança como uma oportunidade para promover a autonomia indígena frente ao colonialismo europeu, mostrando que conheciam as regras do jogo político colonial e sabiam jogá-las.

### **Ida da comitiva indígena aos Países Baixos**

O contato inicial entre indígenas potiguaras – grupo indígena do tronco linguístico tupi que em meados dos seiscentos habitava o litoral entre Paraíba e Rio Grande (do Norte) – e holandeses, deu-se na Baía da Traição, Paraíba. Após selado o acordo de paz entre alguns grupos potiguaras e portugueses, na região que hoje conhecemos como João Pessoa, em 1599, estabeleceu-se um tempo de aparente paz na região, marcada pelo início das atividades

missionárias nas capitâneas da Paraíba e Rio Grande. No entanto, três décadas depois, o cenário se transformou quando novos personagens entraram em cena. No ano de 1625, desembarcou na Baía da Traição uma frota holandesa<sup>3</sup>, renovando as alternativas dos povos autóctones ao domínio colonial lusitano. Durante sua estadia na Paraíba, as forças da WIC foram contatadas por grupos potiguaras da região, insatisfeitos com o avanço da colonização. Com o intuito de provar sua boa vontade com as tropas neerlandesas, um grupo potiguara, vítima dos apresamentos de portugueses auxiliados por outros grupos potiguaras, ajudou os soldados da WIC a emboscar algumas tropas luso-brasileiras.

Por medo da represália portuguesa, os potiguaras convenceram os holandeses a embarcar uma pequena comitiva indígena para os Países Baixos. Para além do desejo imediato de sobrevivência, esse momento possibilitava uma oportunidade de tecer novas relações de poder, formando novas formas de conexões, alianças e resistências na conjuntura colonial. Sabemos que pelo menos treze indígenas potiguaras desembarcaram nos portos holandeses. Destes treze, só conhecemos o nome de dez, mencionados em dois documentos datados do final da década de 1620: “Caspar Paraupaba, cearense, 60 anos”; “Andreas Francisco, cearense, 50 anos”; “Pedro Poty, 20 anos”; “Antonio Guirawassauay, paraibano, 30 anos”; “Antonio Francisco” e “Luis Caspar” (Bondam, 1907, p. 99-179); Marzial, Takou, Ararova e Mataúne (De Laet, 1916, p. 96-97; Costa, 1913, p. 401). Quanto aos que permaneceram no Brasil, foram, em grande parte, massacrados pelo exército português (Vainfas, 2009).

Os treze ou mais potiguaras que embarcaram nos navios da WIC na Paraíba eram um grupo cuidadosamente selecionado de lideranças indígenas que foram enviados à República dos Países Baixos para fazer uma aliança mais estreita com os holandeses. As fontes relativas à permanência dos treze ameríndios na Europa são escassas. Apesar disso, o historiador holandês Marcus Meuwese (2003) situa que, nesse momento, o Conselho dos XIX,<sup>4</sup> iniciou um extenso e ambicioso plano para treinar os índios recebidos na Holanda como intérpretes e provedores de inteligência para uma futura invasão do Brasil.

Na Europa, os potiguaras que visitaram a República aprenderam a falar e escrever em holandês, vivendo na República de 1625 até a invasão de Pernambuco, em 1630 (De Laet,

<sup>3</sup> A primeira grande ofensiva da WIC contra o Brasil deu-se em 1624, com a invasão de Salvador, então sede do Governo Geral no Brasil. A ocupação neerlandesa, no entanto, durou apenas um ano. Quando a frota liderada pelo almirante Boudewijn Hendricksz chegou em Salvador, a cidade já havia sido reconquistada pelo governo português. Sem mais utilidade na Bahia, a embarcação seguiu rumo as Ilhas Caríbas. No entanto, para repor comida e água fresca, o almirante da embarcação fez uma parada temporária na Baía da Traição – Paraíba. (Schalkwijk, 2004).

<sup>4</sup> O conselho de administração da WIC consistia de 19 membros e era conhecido como o "Heeren XIX". Comumente são referidos como “Conselho”, “Diretores” ou ainda “Senhores” XIX.

1630). Segundo De Laet,<sup>5</sup> os potiguaras também foram instruídos nos princípios da religião cristã durante sua estada na República. Embora seja impossível reconstruir, por falta de fontes, as motivações religiosas específicas desses indígenas para abraçar o calvinismo, sabemos que a adoção da religião de seus anfitriões era uma importante forma de fortalecer os laços com seus aliados holandeses. Assumir a identidade de “índio cristão”, bem como quaisquer outras apropriações da cultura ocidental, era uma forma de resposta ao projeto colonizador, de reivindicar seus destinos, ao se reinventarem a partir de seu enquadramento na lógica de um novo sistema colonial (Carvalho Júnior, 2013). Pelo lado holandês, a finalidade principal do Conselho dos XIX era empregar os indígenas como informantes e mediadores entre a Companhia e os diversos grupos autóctones brasileiros durante a futura invasão no nordeste do Brasil.

A comitiva indígena mostrou ser possuidora de informações valiosíssimas para os holandeses, como a descrição de alguns dos costumes culturais, armas e líderes de povos vizinhos. Segundo o historiador Kees Zandvliet, muitas das informações fornecidas pelos potiguaras foram utilizadas para a construção de um importante mapa da costa brasileira, feito pelo cartógrafo Hessel Gerritsz no início da década de 1630 (Meuwese, 2003). Este mapa não apenas incluía as direções de navegação para as embarcações WIC, como também revelava as terras natais de muitas nações indígenas que eram amigas dos holandeses.

Impressionado com a educação dos potiguaras e seu interesse pelo cristianismo protestante, o estadista Frederik Hendrik (1584-1647) pendurou em seu palácio, em Haia, uma pintura que retratava o amistoso encontro entre potiguaras e holandeses na Paraíba em 1625. A pintura foi perdida, mas costumava ser exibida junto a outras pinturas temáticas celebrando o poder holandês no grande salão do palácio. O objetivo era impressionar os visitantes nacionais e estrangeiros com os recentes sucessos dos holandeses na expansão ultramarina (Meuwese, 2003). O potencial da comitiva indígena era visto de tamanha maneira que não tardou para que o Conselho dos XIX apoiassem um plano para preparar seus aliados ameríndios para uma carreira como catequistas calvinistas. Em 1628, a WIC informou Frederik Hendrik que estava treinando alguns potiguaras como missionários para atuarem entre seu próprio povo (Meuwese, 2003. p. 90). A instrução dos enviados potiguaras na República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos durou cinco anos, quando voltam ao Brasil durante a segunda invasão Holandesa, dessa vez em Pernambuco.

---

<sup>5</sup> Importante geógrafo, historiador e diretor da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

### **Regresso ao Brasil como chefes de guerra e diplomatas**

Antes de discorrer sobre a participação dos agentes potiguaras como mediadores e diplomatas dentro do aparato colonial, acredito ser necessário abrir um parêntese e explorar a dimensão política do que a antropóloga Paula Monteiro chamou de “teoria da mediação cultural” (Montero, 2006). Afinal, a mediação cultural é questão crucial para entendermos a complexidade e as nuances dos espaços ocupados pelos chefes militares indígenas na conjuntura das disputas coloniais.

Os povos indígenas das Capitânicas do Norte aparecem frequentemente nas fontes e em pesquisas da primeira metade do século XX como povos de pouca distintividade cultural (Galvão, 1979, p. 193-228), ou ainda como populações “misturadas”, “aculturadas”, “camponesas” (Amorim, 1975) “assimiladas”, “híbridas”, “mestiças” (Gruzinski, 2001) “residuais” (Ribeiro, 1970). ou até extintas. As sociedades indígenas pouco afetadas pelo colonialismo eram, ao contrário, reconhecidamente classificadas como “indígenas”, porque possuíam uma cultura manifestamente diferente daquela dos não-índios. Por isso, eram privilegiadas nas narrativas como ainda portadoras de uma identidade indígena, em detrimento das sociedades indígenas desprovidas de uma forte contrastividade cultural. No entanto, novos debates sobre a problemática das emergências étnicas e da reconstrução cultural, especialmente a partir da década de 90, fizeram a antropologia e a historiografia desenvolverem novas preocupações e ferramentas teóricas.

Dentro do novo leque de preocupações e de possibilidades de abordagem, uma vasta gama de trabalhos surgiu para tentar refutar o conceito de aculturação e seus derivados. Dessa forma, novos agentes e novos espaços são inseridos no campo de pesquisa ou tem suas problemáticas arejadas. No tocante às relações históricas, culturais e políticas entre índios e missionários cristãos, as novas abordagens construíram um novo pano de fundo, com redefinições de conceitos e abordagens teórico-metodológicas no trato da alteridade cultural. Dessa forma, as missões, os missionários, os indígenas e os códigos comunicativos foram revistos e ressignificados, por meio de uma nova chave teórica: a mediação. Esse processo “permeia artificios práticos e simbólicos, tecendo, incorporando e repensando as relações nos planos das trocas, alteridades, resistências e das reconstruções da memória e do saber” (Montero, 2006, p. 50).

Dessa forma, as missões podem ser entendidas como zonas de intermediação cultural, em que os agentes missionários e indígenas engendram processos de produção de novos significados. Nesses espaços ocorrem a incorporação de valores ocidentais pelos indígenas, que não significam uma perda cultural, tal como imaginavam os adeptos da teoria da

aculturação, mas sim de ressignificações de práticas políticas, econômicas, sociais e culturais, como resultado das disputas e negociações simbólicas mediadas pelos agentes envolvidos.

É necessário pontuar, além disso, que as novas configurações culturais, fruto das relações de mediação e tradução entre índios e missionários, não podem ser reduzidas a uma mera e simples ferramenta de dominação colonial. Pelo contrário, embora a dominação existisse em maior ou menor grau, é necessário entender o processo de produção de significações pelos indígenas, que os capacitaram a criar uma nova “autenticidade”, isto é, formas de convicção “que tornam possível a aceitação dessas configurações como ‘naturais’ e historicamente fundadas” (Montero, 2006, p. 33). Em suma, compreender o novo repertório cultural emergido das relações sociais coloniais como uma peça-chave para a criação de uma legítima identidade indígena: o diplomata. Ao se apropriar dos signos ocidentais disponíveis, considerados chave pelos atores envolvidos, como a religião, a escrita, a retórica de tipo ocidental, entre tantos outros, o tradicional agente nativo, transvestido de novos repertórios culturais, estaria não só reafirmando sua identidade indígena, como também cimentando seu espaço e protagonismo dentro da ordem colonial.

Em uma análise crítica das fontes, fica óbvio o valor militar intrínseco das chefias indígenas, bem como de seus conhecimentos e de sua capacidade de obter respeito e mobilizar seus pares. Mas a importância da diplomacia e dos indígenas como agentes da diplomacia no mundo colonial ainda é pouco reconhecido e compreendido. A diplomacia indígena reside na capacidade desses chefes de serem muito mais que mediadores, tradutores linguísticos ou ponte do entre mundos. Eles funcionavam como verdadeiros diplomatas de seus povos no mundo colonial.

Nesse sentido, o termo “transdiplomacia”, cunhado por Arevalo Robles, surge no intento de alargar o significado tradicional de “diplomacia”, afastando-o da narrativa eurocêntrica, ligada a atividade estatal, e incluindo atores e interações periféricas nos fenômenos diplomáticos ao longo da história. O “trans”, nesse caso, é utilizado para evocar as

mundividências, os saberes, as experiências e as práticas diplomáticas que sobrevivem na relativa exterioridade do sistema mundial, recordando que os processos de colonização, neocolonização e imperialismo não conseguiram exterminar ou eliminar outras formas de gerir a alteridade e superar a estranhamento “original” de quem se viu invadido e dominado. Nesse sentido, a transdiplomacia não pretende ser apenas uma abordagem descritiva de novos fenômenos diplomáticos (Arevalo Robles, 2017, p. 144) (tradução minha).

O conceito de transdiplomacia surge então para rivalizar com a narrativa eurocêntrica que tem moldado a história da diplomacia, sugerindo uma transgressão subversiva da “história

universal” das relações internacionais. Dessa forma, a palavra diplomacia não deve ser vinculada exclusivamente a atividade estatal, mas uma prática humana e “*transhistórica*” (Arevalo Robles, 2017), nascida do encontro de diferentes grupos que procuram meios de gerir suas alteridades.

Partindo da noção de transdiplomacia, entendemos que a diplomacia indígena é um fenómeno antigo que antecede a conquista da América. Ao longo dos séculos, as comunidades autóctones interagiram historicamente entre si, criando laços formais e informais que ultrapassavam as fronteiras da comunidade, a língua, as normas sociais e as práticas culturais, moldando e estabelecendo sistemas permanentes de comunicação e intercâmbio diplomático. Dessa forma, “as nações indígenas praticavam a diplomacia muito antes do primeiro contacto com as potências coloniais, enviando delegações para destinos globais a fim de fomentar novas alianças de paz e amizade” (Corntassel, 2007, p. 142). Como pontou Gustavo Torres, com a chegada dos colonizadores na América, a diplomacia indígena sofre uma transformação progressiva, onde passa a ter

as suas raízes nos longos e árduos processos de colonização que ocorreram em diferentes regiões do mundo a partir do século XVI, principalmente por culturas ocidentais (que deram origem à “questão do outro”) da América, das Índias Orientais, da Ásia e da África (Torres, 2013, p. 199).

Assim, a diplomacia no período colonial se vale de novas roupagens, como o *pactismo* e a *negociación* (Levaggi, 2002; García, 1999; Contreras, 2007; Ávila, 1999). Esses instrumentos despontaram da necessidade dos agentes colonizadores de estabilizarem a administração colonial, sendo obrigados a estabelecer pactos a fim de evitar subversões por parte dos indígenas, negros etc., que viviam dentro e nos arredores de suas fronteiras. O *pactismo*, para Robles, seria uma forma de diplomacia que se desenvolvia nas fronteiras entre as nações tidas como “selvagens” pelos brancos, que a ordem colonial não conseguia simplesmente anexar. Os tratados assinados com os povos indígenas constituíram assim uma estratégia de “pacificação” ou “apaziguamento”. O tratado de paz assinado entre algumas lideranças potiguaras e o governo colonial português, em 1599, é um bom exemplo disso (Lopes, 1999). Em um cenário onde o avanço colonial estava travado pela resistência e beligerância indígena, e os indígenas estavam sendo massacrados pela insistência da Coroa lusa em conquistar a Paraíba e o Rio Grande, o tratado de paz foi a solução diplomática viável, por se tratar de duas forças poderosas. Lembremos que o estadista Frederik Hendrik pendurou em seu palácio, em Haia, uma pintura que retratava o encontro entre potiguaras e holandeses na Paraíba em 1625, no objetivo era impressionar os visitantes com os sucessos

dos holandeses na expansão ultramarina. Acreditamos que o uso da representação pictórica desse encontro diplomático representava duas coisas: o reconhecimento dos indígenas enquanto interlocutores importantes e poderosos da América, e uma forma de ostentação desse lugar de poder diante das outras potências.

A *negociación* e *pactismo*, por sua vez, se distinguem entre si. Enquanto o *pactismo* pressupõe um diálogo com forças mais ou menos igualitárias, ou autônomas, a *negociación* seria um acordo travado entre um agente colonial e seus “colonizados”, ou seja, pessoas que estavam inseridas dentro da lei colonial. Isso não quer dizer, entretanto, que os sujeitos que negociavam com o poder colonial não possuísem algum grau de autonomia e/ou reconhecimento perante a administração. Um exemplo é, como veremos mais adiante, as negociações que Antônio Paraupaba fez com os Estados Gerais a fim de conseguir mais autonomia para seu povo.

No mais, considerando que a mudança das significações das categoriais nativas ocorrem à medida em que tais categorias são atualizadas na prática (Montero, 2006), os diplomatas indígenas não seriam apenas *objetos* no processo de mediação. A capacidade de construir significações e alteridades, ou seja, de tradução, como também de fazer com que seus pares a assimilassem, faz desses diplomatas nativos também *sujeitos* da mediação.<sup>6</sup> Ou seja, a diplomacia não seria apenas uma ação, seria também uma capacidade. No caso das lideranças potiguaras aqui estudadas, essa habilidade seria aperfeiçoada com o advento do letramento.

Em um interessantíssimo estudo sobre o processo de classificação socio-racial dos habitantes do Novo Reino de Granada (hoje Colômbia) em meados do século XVI, Joanne Rappaport observa que a atribuição da qualidade de índio, mestiço, negro ou espanhol a um indivíduo era uma performance mediada pela alfabetização (ou letramento) no início da Colônia. No entanto, o letramento seria compreendido muito mais como um processo social, do que como exclusivamente uma técnica (Rappaport, 2015). O letramento, nesse sentido, é um processo que transcende a escrita alfabética e engloba também o domínio da religião, dos signos e rituais, como também o entendimento das hierarquias sociais e do aparato burocrático colonial. Dessa forma, acredito que os diplomatas potiguara eram sujeitos que possuíam um conjunto de habilidades específicas: o letramento, no sentido mais amplo do termo, defendido por Rappaport; a capacidade de tradução, ou seja, de encontrar a interseção

---

<sup>6</sup> Nesse momento eu me aproximo do conceito “estrutura da conjuntura” de Sahlins, ao definir que sociedades teriam um sistema cultural aberto, ou seja, capaz de ressignificar localmente as mudanças introduzidas pelas relações coloniais, sendo ressignificadas na prática (Sahlins, 1988).



entre as formas de comensurabilidade indígenas e europeias, que operavam numa analogia baseada em práticas rituais, produzindo um espaço em que essas ações e marcas poderiam ser mutuamente interpretadas; e a capacidade de mobilizar grupos em prol de um objetivo compartilhado.

É essa potente e valiosa identidade – e habilidade – indígena a catalisadora das relações sociais entre nativos e europeus, vital para o sucesso da invasão da WIC nas Capitanias do Norte. Por isso, em agosto de 1629, o Conselho dos XIX emitiu instruções iniciais para o almirante Hendrick Lonck, então comandante da frota de invasão WIC, onde sugeriram que Lonck fizesse bom uso dos “mediadores indígenas”. É interessante pontuar aqui relevância do cunho desse termo pelos próprios holandeses. Ainda segundo Rappaport, a classificação socio-racial de uma pessoa no período colonial surge de uma conjuntura jurídica específica, um momento legalmente válido de registro, através de uma *performance* que podemos entender como um cenário etnográfico que pode ser analisado como uma série de interações sociais (Rappaport, 2015). A ideia da *papelrealidad* (realidade do papel), cunhada por David Dery e trazida por Rappaport diz que a escrita burocrática estabelece uma realidade jurídica: na prática administrativa ela constrói e privilegia uma certa visão do mundo e do estado de coisas, “torna-se o mundo” (Dery *apud* Rappaport, 2015, p. 11). Conforme as diferentes fases de suas vidas ou os diferentes contextos documentais, as pessoas podem receber diferentes classificações. No momento que um sujeito ou um grupo é assinalado no papel como pertencente a uma categoria, suas realidades vividas são transformadas em verdades jurídicas. Ao serem qualificados no papel enquanto “mediadores indígenas”, esses chefes nativos receberam uma nova carga de responsabilidades e benefícios, pois, nesse período, a classificação determinava os direitos e obrigações perante a sociedade colonial. Ao serem referidos nos documentos como “mediadores”, Pedro Poti e seus pares, o “partido holandês”,<sup>7</sup> tiveram suas realidades transformadas em realidades judiciais, para melhor ou pior.

Apesar de não terem participado dos primeiros ataques a capitania de Pernambuco, no início de 1630, não tardou para que alguns dos treze embaixadores indígenas regressassem ao Brasil, aportando em agosto de 1630. Com medo de enviar seus recém convertidos potiguaras para seus parentes na Paraíba e no Rio Grande, os comandantes da WIC inicialmente os empregaram apenas como intérpretes dos índios que conseguiram romper as linhas

---

<sup>7</sup> Segundo Vainfas, o padre Manoel de Moraes, personagem “camaleônico” que ajudou o governo neerlandês em sua empreitada no Brasil, se referia a esse grupo de tradutores e chefes indígenas como o “partido holandês” (Vainfas, 2008).

portuguesas que cercavam as posições holandesas (Meuwese, 2003, p. 93). No entanto, em algum momento de 1631, o Conselho dos XIX recebeu uma carta da sede da Companhia em Pernambuco, informando os diretores sobre as tentativas dos povos indígenas, da província fronteiriça do Rio Grande, de formar uma aliança com os holandeses contra os colonos portugueses. O mais interessante é que essa carta foi escrita e assinada pelo potiguara Pedro Poti.

O outro ponto interessante é que a carta foi escrita em holandês e não em tupi. No documento, Poti descrevia como havia interrogado um enviado indígena, chamado “Marica Latira”, e viajado uma longa distância, entre Rio Grande e Pernambuco, para fornecer aos holandeses informações sobre uma trégua recém-estabelecida entre os índios tapuias<sup>8</sup> e os “Pepetama”. Nesse episódio nota-se claramente a atuação de Poti como diplomata, isto é, negociador e interlocutor entre diferentes povos e culturas. Os dois povos, além disso, concordaram em “travar guerra contra os portugueses e seus aliados” (Meuwese, 2003, p. 93). Apesar das enormes diferenças linguísticas e culturais entre os índios e os holandeses, a experiência de Poti como diplomata revelou claramente que ambos os lados foram capazes de se comunicar efetivamente e de estabelecer laços políticos entre si. Também é relevante notar o fato dele ter se comunicado diretamente com a diretoria suprema da WIC, na República. Isso mostra claramente que as autoridades consideraram alguns dos mediadores potiguaras como intérpretes confiáveis, merecedores de uma relação direta e de prestígio com os setores mais importantes da WIC.

A expectativa de alianças com novos grupos indígenas entre a Companhia era grande. Ao não receberem um retorno rápido sobre o andamento dessas alianças nas províncias fronteiriças das capitânias conquistadas, os Diretores holandeses criticaram o Conselho Político e o governo WIC em Pernambuco por não fazer melhor uso dos mediadores indígenas que haviam sido enviados. Em uma carta datada de 30 de maio de 1631, reclamavam que “enviamos a vocês recentemente dois brasileiros e vários outros da Baía da Traição [na Paraíba]”, mas “verificamos que não são empregados de vocês”. Irritado com o fato de os contatos potiguaras terem “sido educados aqui [na República] na leitura e na escrita a muito custo”, os Conselheiros instruíram os funcionários da WIC no Brasil a empregá-los

---

<sup>8</sup> Esse designativo era um termo genérico utilizado pelos invasores para se referir a grupos indígenas de língua e cultura não-tupi, geralmente pouco conhecidas dos europeus<sup>36</sup>. É indispensável pontuar que, como observou a antropóloga Cristina Pompa, mais do que um etnônimo, o designativo tapuia também era uma categoria colonial, pensada em oposição ao mundo tupi: uma alteridade humana quase bestial, que habitava os sertões, reino da barbárie e da selvageria (Pompa, 2002).

“para outros serviços [que] estivessem de acordo [com] sua capacidade” (Meuwese, 2003, p. 94).

Apesar das críticas, depois dos serviços prestados como negociadores no início da década de 1630, nos próximos anos, nem Pedro Poti nem Paraupaba foram chamados pelo governo da WIC no Recife para exercerem novas atividades de mediação. A última menção desse período sobre Pedro Poti foi observada por Meuwese nas correspondências em meados de 1631, como correspondente do Conselho dos XIX. Sobre Antônio Paraupaba, a documentação revela que em meados de 1640 ele estava exercendo seu papel de diplomata no Maranhão. Durante a ocupação neerlandesa na ilha do Maranhão, entre 1642 e o início de 1644, os holandeses muitas vezes escravizaram os tupis locais e os enviavam para Pernambuco, onde eram colocados para trabalhar em engenhos de açúcar. Valendo-se de sua influente posição com os neerlandeses, Paraupaba então exigiu “que todos os brasileiros maranhenses e todos os tapoijeiros mantidos como escravos fossem libertados e colocados com eles para viver nas aldeias” (Meuwese, 2003, p.193).

A resposta das autoridades do Recife a Paraupaba foi positiva, informando-o que “daremos liberdade absoluta a todos os brasileiros e tapoeiros, de qualquer nação que sejam” (Idem). Desde 1634, Paraupaba também estava à frente das relações diplomáticas entre holandeses e os “tapuias” Tarairiu, cujo principal líder era Janduí – ou Nhanduí (Naber, 1937, p. 50-51). O que fica claro nesse contexto é que a preocupação das lideranças indígenas em proteger os povos nativos não se restringiu só aos seus aliados.

Depois do hiato de alguns anos, os dois líderes potiguaras voltam a ser frequentemente mencionados na correspondência do WIC. Apareciam como oficiais militares que lideravam unidades tupi ou como líderes de aldeias que contribuía com trabalhadores indígenas para a economia colonial. Ao longo desse período não há nenhuma evidência documental de que essas lideranças tivessem um status especial dentro da hierarquia colonial holandesa ou entre a população indígena. Esse cenário só muda em meados de 1645, quando os colonos lusos-portugueses começam uma série de revoltas, comumente chamado na historiografia de Guerra da Restauração.

É notável que durante esse período as lideranças indígenas de ambos os lados parecerem ter evitado lutar ativamente contra o outro. Apesar de todos os seus ataques a soldados e aos colonos portugueses ou ao WIC, ambos os lados se abstiveram de ferir seus parentes potiguaras associados ao respectivo inimigo europeu. Essa política de evitar uma guerra entre grupos tupi fica clara através de uma série de cartas trocadas entre lideranças

indígenas entre 1645 e 1646, as quais veremos mais a diante, onde tentavam persuadir seus parentes a trocar de lado no conflito luso-holandês.

### **Entre lealdade e autonomia**

Até o período da restauração, Poti e Paraupaba aparecem na documentação principalmente desempenhando o papel de aliados militares e leais chefes de aldeias. Em 1637, por exemplo, Paraupaba é mencionado nas fontes atuando em Itamaracá, ao norte de Recife, e em Porto Calvo, na mata sul pernambucana, ajudando uma unidade militar da WIC a expulsar as tropas portuguesas. Nessa ocasião, estava liderando várias centenas de tupis, enquanto Poti aparece na documentação chefiando a aldeia de Massurepe, na Paraíba. No entanto, os líderes indígenas também usaram sua posição privilegiada para aumentar seu status como líderes comunitários. A exemplo, vários capitães indígenas insistiram em receber os salários de seus parentes antes de alugá-los aos colonos. Elias Herckmans era um importante oficial da WIC na capitania da Paraíba e relatou irado, em setembro de 1640, que os oficiais europeus das aldeias tupi tinham que pagar “os salários dos brasileiros aos capitães ou porta-vozes dos brasileiros, e frequentemente se paga por cinco [trabalhadores tupis], mas um recebe apenas três ou quatro, e mesmo esses abandonam o trabalho antes mesmo de expirar a metade do período de contrato” (Meuwese, 2003, p. 164). Em agosto de 1639, o colono português Duarte Gomes queixou-se a Nassau e ao Conselho Superior de que Poti não estava disposto a fornecer trabalhadores tupis. Gomes, que presumivelmente era o proprietário de um engenho ou usina de açúcar, informou às autoridades do Recife em termos contundentes: “Pieter Potij, capitão dos brasilianos, não é capaz de governar” (Idem).

Existia um claro e constante conflito de interesses entre indígenas e colonos em relação a gestão do trabalho indígena. Nesse contexto, as duas lideranças indígenas aproveitaram o retorno de Maurício de Nassau as Províncias Unidas para conhecer pessoalmente o Conselho dos XIX e persuadi-los a dar-lhes mais influência e autoridade no Brasil. Os diplomatas potiguaras provavelmente sabiam que o Conselho Superior era subserviente ao Conselho dos XIX. Dessa forma, com a saída de Maurício do Brasil, em 10 de maio de 1644, “o povo brasileiro despachou cinco dos seus que viajariam ao mesmo tempo, a fim de ver a Holanda [...] e relatar a seus parentes o estado de nosso país e os costumes” (Barléu, 2005, p. 395-398). Com exceção de Paraupaba, não conhecemos a identidade dos outros quatro enviados. Além dos cinco tupi enviados, viajaram também dois tarairiu e quatro índios “carapeta” e “waybepa”, do “sertão”.

Chegando nas Províncias Unidas, os cinco indígenas tupis conseguiram acesso ao Conselho em Amsterdã no final de novembro de 1644. Embora as atas particulares dessa reunião não tenham sobrevivido, há um relato contemporâneo desse conselho que foi documentado pelo representante permanente dos Estados Gerais no Conselho. Esta única fonte mostra claramente que Paraupaba e os demais enviados cumpriram seus objetivos de obter o apoio dos executivos da WIC. Isso sugere que, de fato, esses indígenas embarcaram para o Velho Mundo com as habilidades necessárias para fazer diplomacia e garantir a execução de alguns de seus interesses.

No início da reunião, os negociadores tupis declararam sua contínua lealdade aos holandeses, deixando as autoridades plenamente satisfeitas com “os bons serviços prestados pela dita nação contra os portugueses e outros inimigos”. Além disso, o Conselho reiterou, mais uma vez, que “os brasileiros por nossa nação [holandesa] e seus súditos seriam mantidos e tratados como súditos livres e que todos escravos da mesma nação seriam libertados da escravidão e colocados em sua liberdade natural” (Meuwese, 2003, p. 176). O objetivo principal dos diplomatas potiguaras era de garantir mais autonomia para os líderes das aldeias, e obtiveram sucesso, visto que um executivo não identificado do WIC, que esteve presente no conselho em Amsterdã, relatou que as lideranças potiguaras solicitaram o poder de escolher juízes e governadores de sua própria nação, sob o aval do Conselho Superior, e estes seriam tratados de forma semelhante a outros tribunais judiciais, prestando juramento de lealdade e executando tudo que o Conselho Superior exigir (Meuwese, 2003, p. 176).

O relato acima prova fartamente como eles eram habilidosos em explorar os espaços políticos entre as fronteiras administrativas. Ao solicitar mais autonomia e enquadrá-la no modelo das instituições legais holandesas, de uma forma que não perturbasse a hierarquia colonial, os indígenas demonstram grande habilidade diplomática. Ao fim e ao cabo, os negociadores potiguaras solicitaram um sistema de autogoverno no qual eles não governariam a si mesmos, inclusive poderiam estabelecer seus próprios tribunais judiciais, semelhantes aos tribunais distritais que o Conselho Superior havia implementado no Brasil para os colonos europeus. Além: suas atitudes enfatizam a busca pela retomada do controle político de seu povo, ainda que esse controle fosse limitado pelas barreiras da estrutura política colonial.

Segundo Meuwese, ao regressar ao Brasil, Paraupaba proclamou que era intenção do Conselho que nenhum holandês jamais os comandasse, argumentando que obtivera essa promessa de Vossas Excelências. Disse que eles mesmos escolheriam um dentre sua nação que os governariam. Ao saber da notícia, as autoridades ultramarinas logo responderam aos

vereadores do Recife, afirmando que “nós não autorizamos de forma alguma que eles fizessem isso” (Meuwese, 2003, p. 179).

O assunto foi resolvido no dia 30 março de 1645, quando se reuniu em Itapecerica, perto de Goiânia, 120 representantes de 17 aldeias. Esta reunião, que ficou conhecida como “A grande Assembleia Indígena”, contou com um grupo de vinte proeminentes líderes tupi. Estavam presentes, entre outros, Antônio Paraupaba, recém-chegado da Holanda. Formularam-se cerca de nove propostas, entre elas o pedido de mais pastores e professores. Foi também decidido criar três câmaras regionais, encabeçadas por três regedores. Não sabemos ao certo as funções dessas instituições, mas nesse novo sistema de governo indireto, as aldeias sob o controle holandês ficariam divididas em três distritos, e estes, por sua vez, ficavam sob a supervisão de um conselho de *schepenen* (algo similar a vereador), que seria de origem holandesa. Os candidatos eram indicados pelos próprios indígenas ou, em último caso, eram indicados pelo Conselho Superior. Finalmente, cada câmara indígena seria presidida por um regidor.<sup>9</sup>

Os três regentes escolhidos eram lideranças indígenas aptas a lidar diretamente com os funcionários coloniais holandeses. Primeiramente, foi sugerido criar a Câmara de Goiana, congregando seis aldeias, que ficariam sob controle do regedor indígena Domingos Fernandes Carapeba, que morava em Itapecerica. Em segundo lugar, a câmara da Paraíba, reunindo quatro aldeias, sob a direção do regedor Pedro Poti, da aldeia Mauricio, na Paraíba. Finalmente, foi também sugerida a câmara do Rio Grande, com três aldeias sob o comando do regedor Antônio Paraupaba, em Niagoay, no Rio Grande do Norte (Souto-Maior, 1912a, p. 160-173). Depois de recusarem a ideia de Paraupaba, de que “nenhum holandês jamais os comandasse”, o Conselho Superior escreveu aos diretores holandeses informando que, em vez disso, procederiam à implementação do sistema de governo indireto, onde em vez de um “rei índio”, as autoridades do WIC implementariam um sistema de três regentes tupi, como ficou acordado na Assembleia. Eles foram escolhidos pelos próprios indígenas e teriam que consultar o Comandante-Geral antes de tomarem qualquer decisão. Ao indicar Poti e Paraupaba, que possuíam conhecimento da língua holandesa, os potiguaras sinalizavam as que desejavam ter regentes que tivessem experiência em interagir com o governo colonial neerlandês.

---

<sup>9</sup> O termo regidor foi retirado do sistema burocrático espanhol na América do Sul. No Peru espanhol, os regedores eram administradores indígenas que atuavam como intermediários entre as autoridades coloniais espanholas e a “república dos índios” (Stern, 1993, p. 92-93). No Brasil Holandês, os regedores teriam função semelhante para o governo do Recife.

Os candidatos indicados precisavam, no entanto, ser aprovados pelo governo da WIC local. Apesar da recente provocação de Paraupaba, os conselheiros do Alto Recife os aprovaram. No conselho especial realizado no Recife, entre 10 e 13 de abril de 1645, o Conselho Superior reconheceu formalmente a nomeação dos regentes (Souto-Maior, 1912a, p. 182). Como Meuwese pontuou, eles provavelmente eram dois dos poucos líderes tupis com quem o Conselho Superior podia se comunicar com eficiência. Além disso, o historiador também alerta para o fato de que, caso fossem rejeitados, isso perturbaria a situação regional, afetando os altos executivos da WIC. A dependência do governo neerlandês em relação a esses dois líderes potiguaras fica evidente quando os colonos portugueses se rebelaram violentamente contra o WIC, no início do verão de 1645. As reduções das tropas, decorrentes do plano da WIC de conter gastos após a saída de Nassau do governo, em 1644, fizeram com que os vereadores do Recife concluíssem que a considerável população indígena era a única esperança de sobrevivência contra milhares de rebeldes portugueses e seus aliados indígenas e afro-brasileiros. Embora a luta contra os rebeldes portugueses fosse provavelmente uma preocupação importante para os três regentes potiguaras, eles não necessariamente se tornaram seguidores obedientes dos holandeses. Em vez disso, Poti, Paraupaba e Carapeba utilizaram suas posições recém-estabelecidas para continuar a promover a autonomia de seu povo dentro da colônia holandesa.

As relações tupi-holandesas no Brasil foram moldadas pela dependência mútua. Enquanto a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais precisava dos ameríndios como força militar e como trabalhadores na economia colonial, muitos indígenas receberam os invasores holandeses como aliados altamente úteis na luta contra o colonialismo português. Essas necessidades mútuas facilitaram posteriormente a ascensão de Poti e Paraupaba como mediadores entre os holandeses e nativos. Ao mesmo tempo, as relações entre eles nem sempre foram amigáveis. Embora Poti, assim como Paraupaba e Carapeba, fossem partidários leais dos holandeses, após a eclosão da revolta portuguesa, em 1645, eles não se tornaram dóceis e subordinados seguidores da WIC. Apesar de todos os três regentes terem contribuído ativamente com liderança e tropas para os holandeses, eles também usaram sua influência como diplomatas com acesso direto às autoridades coloniais holandesas para melhorar a autonomia de seu povo. A esse respeito, Poti e Paraupaba continuaram com as políticas anteriores, desafiando a autoridade da WIC sempre que ela ameaçava o bem-estar de seus parentes.

É no contexto da Guerra da Restauração que algumas lideranças potiguaras trocaram uma série de cartas, entre 1645 e 1646, nas quais tentavam persuadir seus parentes a trocar de

lado no conflito luso-holandês. Nesse momento, essas lideranças revelaram possuir ampla alfabetização e familiaridade com as formas de comunicação europeias, escrevendo eles mesmos a maioria de suas cartas. O historiador Marcus Meuwese aponta como, nesse período, não faltam referências nas Atas Diárias do Conselho Superior da WIC a reuniões e mensagens escritas entre autoridades da WIC e os regentes tupis. Em 18 de outubro de 1649, por exemplo, Antônio Paraupaba solicitou e recebeu uma grande quantidade de papel do Conselho Superior (Meuwese, 2003, p. 187). Da mesma forma, o Alto Conselho forneceu a Poti um secretário pessoal para auxiliá-lo na correspondência com os funcionários do WIC. Por quase dois anos, Samuel Engelaer, filho de Johannes Engelaer – professor e consolador dos enfermos dos indígenas – serviu como escrivão da liderança ameríndia (Idem). Do outro lado das trincheiras, além do capitão-mor Felipe Camarão, os documentos relevam a existência de algumas outras lideranças militares indígenas letradas: o sargento-mor Diogo Pinheiro Camarão e os capitães Simão Soares e Diogo da Costa. Hoje, sabemos que há, pelo menos, 12 documentos escritos por essas lideranças ameríndias, onde 11 já foram traduzidos para o português. Para uma melhor visualização desses documentos, listei-os na tabela abaixo.

**Tabela 1** - Documentos escritos por indígenas potiguaras durante as guerras neerlandesas

	Remetente	Destinatário	Data	Língua original	Tradução para o português por autor e ano
1	Felipe Camarão	Pedro Poti	19 de agosto de 1645	Tupi	Souto Maior (1913) Navarro (2022)
2	Felipe Camarão	Antônio Paraupaba	4 de outubro de 1645	Tupi	Souto Maior (1913) Navarro (2022)
3	Felipe Camarão	Pedro Poti	4 de outubro de 1645	Tupi	Souto Maior (1913) Navarro (2022)
4	Diogo da Costa	Pedro Poti	17 de outubro de 1645	Tupi	Teodoro Sampaio (1906) Souto Maior (1913) Cerno e Obermeir (2013) Navarro (2022)
5	Diogo Pinheiro Camarão	Pedro Poti	21 de outubro de 1645	Tupi	Teodoro Sampaio (1906) Navarro (1998) Souto Maior (1913) Cerno e Obermeir (2013) Navarro (2022)
6	Diogo Pinheiro Camarão	Aos capitães Baltazar Araberana, Gaspar Cararu, Pedro Valadina e Jandaia	21 de outubro de 1645	Tupi	Souto Maior (1913) Navarro (2022)
7	Pedro Potti	Felipe Camarão	31 de outubro de 1645	Holandês <sup>49</sup>	Souto Maior (1913)* Carmelita Zuzart (2024)
8	Felipe Camarão	Aos indígenas aliados dos holandeses	28 de março de 1646	Tupi	Souto Maior (1913)
9**	Felipe Camarão	Aos oficiais índios a serviço dos holandeses	12 de agosto de 1646	Tupi	-
10**	Felipe Camarão	Ao governo holandês*	22 de abril de 1648	Português	Carmelita Zuzart (2024)
11	Antônio Paraupaba	Estados Gerais	6 de agosto de 1654	Holandês	Souto Maior (1913) Lodewijk Hulsman (2006)
12	Antônio	Estados Gerais	6 de abril de	Holandês	Souto Maior (1913)

\* Não temos certeza \*\* Documento inédito. Fonte: ZÚZART, Carmelita Costa. “É não despedem flecha que não a empreguem”: caminhos para a diplomacia indígena em meio as guerras neerlandesas nas Capitânicas do



Norte 1630-1654. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro - Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: 2024.

De forma geral, o mote das correspondências potiguaras pró-lusitanas foi usar, veementemente, o léxico de parentesco e ofertas de perdão como argumento discursivo central de aliança política. No entanto, diferentemente da abordagem escolhida ao escrever para os seus pares, a estratégia discursiva de Felipe Camarão ao se direcionar aos holandeses foi outra. Sem ofertas de quartel, Camarão se valeu de ameaças, escrevendo com autoridade e ironia. Por outro lado, nas cartas de Pedro Poti, por exemplo, o quesito parentesco apareceu de forma muito marginal, e nas requisições de Paraupaba sequer foi mencionado. Os líderes potiguaras pró-holandeses teceram suas argumentações baseando-se em dados factuais que acreditavam corroborar suas escolhas. Além do mais, Paraupaba, “ex-regidor dos brasileiros no Rio Grande”, registrou oficialmente duas reclamações junto aos Estados Gerais para solicitar auxílio “para os brasileiros em geral, bem como para sua própria manutenção”, após a guerra, em 1654 e 1656 (Meuwese, 2003, p. 205).

Dessa forma, se valendo de instrumentos da cultura ocidental, como a escrita, os potiguaras mostraram serem mais que sujeitos alfabetizados, mas homens letrados, capazes de provocar e articular mudança através dos conhecimentos adquiridos. Por meio das práticas letradas – mas não só delas – Poti, Camarão e Paraupaba buscaram proteger seus pares da tirania colonial, revelando que, ao longo de suas carreiras como mediadores, eles emergiram como legítimos diplomatas de seu povo. Ao viajar duas vezes para a República, Paraupaba mostrou a capacidade de mobilidade dos povos indígenas no emergente mundo atlântico. Ao se encontrar pessoalmente com o Conselho dos XIX e persuadi-los a dar mais autonomia aos brasileiros por meio de um sistema de governo indireto, Paraupaba demonstrou claramente suas habilidades e desejo de manipular o imperialismo europeu. Ao invés de se direcionar aos oficiais coloniais da sua fronteira administrativa, Paraupaba cruzou o Atlântico e buscou tratar de seus interesses diretamente com o centro imperial, ao invés de se direcionar aos oficiais coloniais da sua fronteira administrativa. Enquanto as autoridades coloniais geralmente impediam que os líderes indígenas contatassem diretamente as autoridades metropolitanas na Europa, Paraupaba cruzou com sucesso o Atlântico para falar não apenas com os Conselheiros, mas também com os Estados Gerais em Haia.

Embora suas tentativas de garantir autonomia indígena no nordeste do Brasil tenham sido infrutíferas, suas longas carreiras como mediadores revelam claramente que os potiguaras educados na Europa poderiam emergir como diplomatas interculturais. Possibilitada por meio de suas capacidades e instruções, os chefes potiguaras adquiriram uma

nova identidade/habilidade que possibilitava as novas configurações culturais à luz dos motivos e interesses dos personagens em interação.

Apesar dessa relação recíproca, que lhes proporcionava benefícios materiais e prestígio social, as lideranças aqui retratadas mantiveram-se firmemente comprometidas com seus parentes. Ao viajar para negociar a autonomia tupi na República, os diplomatas potiguaras mostraram claramente que continuavam comprometidos com seu povo mais do que com as autoridades coloniais. Possibilitada pelo letramento e pelo domínio dos signos, hierarquias, aparato burocrático e rituais ocidentais, esses sujeitos nos revelam que a diplomacia indígena nasceu ainda no período colonial, como uma ferramenta de luta e resistência contra o colonialismo e imperialismo europeu.

### Fontes

BARLÉU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BONDAM, E. J. “Journeaux et Nouvelles Tirées de la Bouche de Marins Hollandais et Portugais de la Navigation aux Antilles et sur les Côtes du Brésil,”. In: **Annales da Bibliotheca Nacional**, vol. 29. Rio de Janeiro, 1907, pp. 99-179.

DE LAET, Joannes. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1636**. Tradução José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. 2 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916, Vol. 1, pp. 96-97.

DE LAET, Joannes. **Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien (Leiden: Elzevier, 1630)**. Disponível em: <<https://archive.org/details/nieuwwereldtofo00laetrich/page/n5/mode/2up> >. Acessado em 5 de janeiro de 2023.

NABER, S.P. L'Honoré. **Het Iaerlyck Verhael van Joannes de Laet, 1624-1636**. 3 volumes (Werken uitgegeven door de Linschoten-Vereeniging 40. The Hague: Martinus Nijhoff, 1937, p. 50-51.

### Referências Bibliográficas

AMORIM, Paulo Marcos. “Acamponesamento e Proletarização dos Povos Indígenas do Nordeste”. **Boletim do Museu do Índio**, 1975.

AREVALO ROBLES, Gabriel Andrés. La diplomacia indígena: un enfoque transdiplomático. **Si Somos Americanos**, Santiago, v. 17, n. 1, p. 141-169, jun. 2017.

ÁVILA, Carlos Lázaro. Conquista, control y convicción: el papel de los parlamentos indígenas en México, el Chaco y Norteamérica. **Revista de Indias**, 1999, 59.217, pp. 645-673.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios Cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). **Revista de História (USP)**, v. 1, p. 69-99, 2013.

CONTRERAS PAINEMAL, Carlos. **Koyang. Parlamento y protocolo en la diplomacia mapuche-castellana siglos XVI-XIX**. Berlín: Centro de Investigación y Documentación Chile-Latinoamérica, 2007.

CORNTASSEL, J. Towards a new partnership? Indigenous political mobilization and cooptation during the first UN indigenous decade (1995-2004). **Human Rights Quarterly**, v.29, 2007,

COSTA, Pereira da. **Faustos Pernambucanos**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

DERY, David. “Papereality” and Learning in Bureaucratic Organizations. **Administration & Society**, 29, 1998.

GALVÃO, Eduardo. “**Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900/1959**” In: Encontro de Sociedades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCÍA, C. Interacción étnica y diplomacia de fronteras en el reino Miskitu a fines del siglo XVIII. **Anuario de Estudios Americanos**, 56, 1999, pp. 95-121.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LEVAGGI, A. **Diplomacia hispano-indígena en las fronteras de América**: Historia de los tratados entre la monarquía española y las comunidades aborígenes. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife, 1999.

MEUWESE, M. P. **'For the Peace and Well-Being of the Country'**: Intercultural Mediators and Dutch-Indian Relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664. University of Notre Dame, 2003.

MONTERO, Paula. “Índios e Missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural”. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Deus na Aldeia**: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

NAVARRO, E. de A. **Método Moderno do Tupi Antigo**: A língua do Brasil dos primeiros séculos. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

POMPA, C. O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena. **Revista Novos Estudos**, n.º 64, 2002, p. 89.

RAPPAPORT, Joanne. Lettering e mestiçagem no novo reino de granada, séculos XVI e XVII. **Diálogo Andino**, Arica, n. 46, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

SAHLINS, Marshal. “Cosmologias do capitalismo: o setor trans-Pacífico do sistema mundial”. Conferência, **XVI Reunião da ABA**, 1988.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SOUTO-MAIOR, Pedro. **Faustos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: IHGB, 1912.

STERN, Steve J. **Peru’s Indian Peoples and the Challenge of Spanish Conquest: Huamanga to 1640**. Madison: University of Wisconsin Press, 1993.

TORRES CISNEROS, G. A. Diplomacia indígena - transitando del problema a la solución. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [S. l.], n. 98, p. 197–232, 2022.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição**: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VAINFAS, R. O Plano Para o Bom Governo dos Índios: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil holandês. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 27-2, 2009.